



FACT SHEET

DEZEMBRO
2017



Oceanário de Lisboa
Sempre diferente.



OCEANO AZUL
foundation

MPA X-ray: Diagnóstico das Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas

2ª edição - incluindo contributos e comentários dos vários *stakeholders*

A importância das Áreas Marinhas Protegidas

As áreas marinhas protegidas (AMPs) fazem parte das estratégias de conservação e gestão marinhas funcionando como ferramentas que visam parar ou reverter a perda de biodiversidade e dos serviços de ecossistema associados a estas áreas.

Um oceano saudável produz benefícios para as pessoas ao providenciar oxigénio, sequestro de dióxido carbono, alimento, proteção costeira, entre outros. Estes benefícios, ou serviços do ecossistema, suportam, por sua vez, meios de subsistência e segurança alimentar e financeira.

A proteção dos Oceanos no Mundo e na Europa

Diversos acordos internacionais determinaram que 10% dos oceanos globais deveriam ser conservados através de AMPs geridas de modo eficaz, eficiente e equitativo (compromisso Aichi Target 11 no âmbito da CDB 2010).

No entanto, apesar da expansão considerável no número e área de AMPs, especialmente na última década, existe uma grande preocupação sobre se estas cumprem os seus objetivos.

O relatório da IUCN de 2016 (Protected Planet Report 2016) refere que 10.2% das águas sob jurisdição já são AMPs, mas que no oceano global, incluindo o alto mar (*high seas*), a cobertura é de apenas 4.1%, sendo que < 1% das Áreas Fora da Jurisdição Nacional (ABNJ) estão protegidas.

A proteção do oceano em Portugal

Portugal é signatário dos acordos internacionais e como nação tradicionalmente marítima designou o mar como sua prioridade.

Na última década estabeleceram-se em Portugal várias AMPs. Tal como outros estados assinantes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), Portugal comprometeu-se a atingir o objetivo de 10% de área de oceano classificada como AMP até 2020. Tradicionalmente Portugal possui AMPs nas zonas costeiras, mais recentemente designou AMPs nas áreas oceânicas.

I
A maioria das áreas são de proteção parcial, permitindo diversas atividades, incluindo atividades de elevado impacto negativo

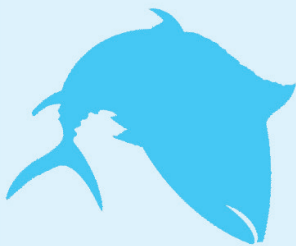
II
muitas das áreas recentes são de grande dimensão e localizam-se em zonas remotas, o que dificulta uma fiscalização eficiente

III
muitas áreas de dimensões moderadas ou pequenas, costeiras, não possuem planos de gestão/ regulamentação, ou não são eficientemente geridas e fiscalizadas ('AMPs no papel' ou 'paper parks'). Todos estes fatores podem levar a uma falsa sensação de proteção.

O papel da WWF, Fundação Oceano Azul e Oceanário de Lisboa

A WWF, a Fundação Oceano Azul e o Oceanário de Lisboa querem contribuir para a implementação de AMPs eficientes e com uma gestão eficaz e equitativa, bem como para o cumprimento do objetivo dos 10% de proteção dos oceanos, ou seja, mais e melhores AMPs em Portugal.

O Relatório MPA X-ray - Diagnóstico das AMPs Portuguesas

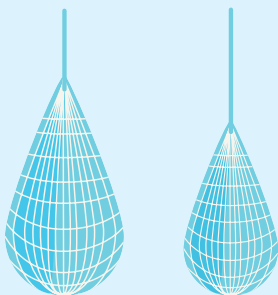


O relatório da WWF, com o apoio da Fundação Oceano Azul e do Oceanário de Lisboa, “MPA X-ray – Diagnóstico das AMPs Portuguesas” faz um diagnóstico das AMPs existentes em Portugal, nomeadamente o seu tipo de proteção, distribuição e área e o seu modelo de governância. Foca-se nas AMPs de âmbito nacional, regional ou local constantes da rede nacional de áreas protegidas (i.e. não inclui áreas classificadas da Rede Natura 2000).

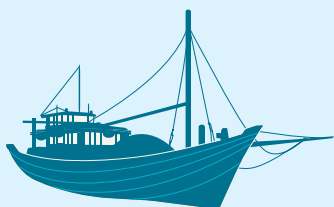
A análise e as recomendações do relatório clarificam as questões mais relevantes e urgentes sobre as AMPs Portuguesas.

O relatório incentiva o governo de Portugal e as instituições responsáveis a implementarem AMPs mais eficientes, o que é essencial para que se possa garantir a sustentabilidade do oceano.

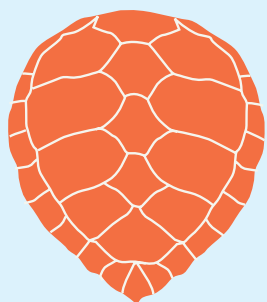
Diagnóstico das AMPs Portuguesas - síntese dos resultados e conclusões



- A atual proteção da vasta área marítima de Portugal está longe de atingir o compromisso dos 10% para as AMPs (4.2% do mar territorial, apenas 2.1% do mar territorial e ZEE, mas 6.4% se incluirmos a plataforma continental estendida);
- A percentagem de cobertura em área não pode ser o único indicador seguido. O tipo de proteção implementado é muito relevante.
- A maior parte da área do mar territorial e ZEE coberta por AMPs é moderadamente protegida, a classe de AMPs menos regulamentada do mar Português (3.4% de todo o mar territorial Português e 1.8% da área sob jurisdição excluindo a plataforma estendida). Este tipo de AMPs permite uma diversidade de artes de pesca e atividades com potencial impacto negativo nas espécies e ecossistemas.
- Apenas aproximadamente 0.1% do mar territorial nos Açores e do mar territorial no Continente são áreas de proteção estrita (sem pesca). Os valores descem para 0.002% e 0.003%, respetivamente, se incluirmos as ZEE adjacentes. Se considerarmos proteção total (sem atividades extrativas), a percentagem do mar territorial dos Açores baixa para 0.01%. Na região da Madeira não existem AMPs que excluam totalmente a pesca.
- Apesar disso, todas as AMPs da Madeira estão bastante regulamentadas, possuem um reduzido número de usos (e excluem as atividades mais destrutivas), sendo todas classificadas como fortemente protegidas.



- De todo o mar territorial Português apenas 0.05% está em zona de exclusão total de pesca. Este valor diminui para 0.002% se incluirmos a totalidade da ZEE.
- Várias AMPs Portuguesas não interditam outras atividades com potencial impacto no fundo, nomeadamente exploração do fundo ou aquacultura (deixando para futura aprovação ou para regulamentação externa à AMP).
- As AMPs Portuguesas têm de ser mais eficazes, eficientes e equitativamente geridas;
- Muitas AMPs Portuguesas são ‘AMPs no papel’, não possuindo regulamentos apropriados para a conservação efetiva das espécies e habitats (não conferem um maior nível de proteção no interior dos seus limites do que áreas sem proteção) ou não sendo adequadamente implementadas ou fiscalizadas;
- A falta de financiamento próprio das AMPs é uma limitação importante;
- As AMPs existentes e futuras devem ser ferramentas efetivas de conservação dos Oceanos, resultando em benefícios para os ecossistemas e as pessoas;
- Uma gestão e fiscalização mais eficientes podem e devem passar pela maior integração dos utilizadores locais das AMPs e pela melhor cooperação e partilha de experiências entre diferentes gestores e entre estes e outros intervenientes relevantes;
- As competências de cada entidade bem como a partilha entre estas não está clarificada;
- É necessário criar um modelo de governância simples, claro e validado;
- Existe confusão e incerteza relativamente ao novo paradigma de gestão territorial;
- É necessário apostar no financiamento próprio e atribuição de responsabilidades claras para que os objetivos das AMPs sejam cumpridos.



Síntese das Recomendações da WWF, Fundação Oceano Azul e Oceanário de Lisboa para as AMPs Portuguesas

- Portugal deve aumentar a quantidade e qualidade das suas AMPs para cumprir os compromissos internacionais. Este processo deverá ser baseado na melhor informação e conhecimento científico disponível.
- O tipo de proteção das AMPs existentes e futuras deve ser adequado. A maioria das AMPs do mar territorial e ZEE deve passar a altamente protegida em vez de moderadamente protegida.
- Recomenda-se um aumento significativo da área sob regime de proteção total, isto é, das áreas sem pesca e sem outras atividades extrativas (por exemplo, no Mediterrâneo, existe já o compromisso para 2%). Estas áreas promovem importantes serviços e bens para as zonas adjacentes e são centrais para a conservação de espécies e habitats.
- Para cumprir com os compromissos internacionais e recomendações de boas-práticas, as AMPs devem ser adequadamente implementadas, com gestão e fiscalização eficientes. Este passo é central para que possam ser AMPs efetivas e eficientes e não apenas ‘AMPs no papel’.



- A rede Natura 2000 para o meio marinho deve ser reforçada com regulamentação e gestão eficazes e eficientes, devendo ser sujeita às mesmas preocupações que as AMPs de âmbito nacional.
- Deve ser criada uma base de dados pública das AMPs Portuguesas que permita a sua avaliação periódica.
- Existe necessidade urgente de clarificação e simplificação do modelo de governância das AMPs Portuguesas, o que inclui definição e compreensão dos processos de partilha de competências entre entidades.
- Deve haver reforço de meios e recursos e/ou estes devem ser concentrados ou partilhados de forma eficiente, particularmente na implementação e fiscalização das AMPs.
- Os atores-chave locais devem ser integrados na gestão (ex. co-gestão) e vigilância para promover o sucesso das AMPs, particularmente num país com reduzidos meios de fiscalização.
- É urgente clarificar os planos de regulamentação e gestão das AMPs nos novos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo, na sequência da transformação legal dos planos de ordenamento de áreas protegidas.
- Para que as AMPs existentes e futuras não fiquem reduzidas a ‘AMPs no papel’, as várias fases da sua implementação, nomeadamente a designação, regulamentação, gestão e fiscalização, têm de ser asseguradas (e por isso clarificadas). Este seria o primeiro passo para AMPs eficientes e eficazes.
- Deve ser previsto o financiamento adequado das AMPs de forma a que estas possam ser implementadas eficientemente.
- Deve ser reconhecida uma agência nacional para AMPs que concentre a informação, coordene a gestão e oriente as políticas de conservação das AMPs.
- Para cada AMP deverá estar definida a entidade gestora responsável, suportada por outras entidades, que tenha as competências e meios para implementar as medidas de proteção, definindo e gerindo as suas necessidades e o papel das demais entidades, nomeadamente na fiscalização.
- Recomenda-se a elaboração de um guia de boas práticas de implementação de AMPs. Este poderá ser baseado nos resultados e recomendações do presente diagnóstico.
- Sugere-se a criação de uma rede de gestores de AMPs Portugueses (PtPAN) com a colaboração de *stakeholders* à semelhança da rede MedPAN – esta iria contribuir para colmatar muitas das fragilidades detetadas no presente documento.
- Juntamente com os vários *stakeholders* nacionais, as recomendações do presente relatório podem ser priorizadas em fases e assim desenvolvido um roteiro (roadmap) das AMPs Portuguesas para 2020. Deve ser assumido um compromisso nacional, à semelhança de compromissos internacionais, que deve ser vinculativo e independente de rumos políticos.
- Sugere-se a listagem e avaliação dos serviços de ecossistema providos pelas AMPs Portuguesas, podendo ajudar a valorizar a perceção que todos temos das AMPs.
- A WWF em Portugal, a Fundação Oceano Azul e o Oceanário de Lisboa disponibilizam-se para contribuir para o sucesso das recomendações propostas e iniciativas associadas.

Fotografias e Créditos:

© Emanuel Gonçalves
© Marta Barata /WWF
Mediterrâneo – Portugal

Esta publicação e os seus conteúdos são da responsabilidade da WWF.

Esta factsheet faz parte do relatório integral “MPAs X-Ray: Diagnóstico das Áreas Marinhas Protegidas Portuguesas” de Bárbara Horta e Costa (consultora, CCMAR), com revisão de Angela Morgado e Rita Sá, WWF. Dezembro de 2017 (2ª edição, incluindo contributos e comentários dos vários *stakeholders*)

Contactos

Bárbara Horta e Costa, CCMAR (consultora da WWF em AMPs)
barbarahcosta@gmail.com

Angela Morgado, Acting Manager, WWF
amorgado@wwf.panda.org

Rita Sá, Fisheries and Seafood Officer, WWF
rsa@wwfmedpo.org

Mais
Informação
www.wwf.pt

